



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
V CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA**

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Ao receber este caderno, confira atentamente se ele contém 40 (quarenta) questões objetivas e 4 (quatro) questões discursivas, corretamente ordenadas.
2. Caso o caderno esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as medidas cabíveis.
3. O cartão resposta deve ser preenchido com caneta de tinta azul ou preta, sendo vedada a rasura ou qualquer sinal que identifique o candidato.
4. Não haverá troca do cartão de resposta em nenhuma hipótese.
5. Não é permitido o uso de qualquer material de consulta.
6. Durante a prova, não se comunique com outro candidato, nem saia da sala sem autorização do fiscal de sala.
7. A duração da prova é de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo de identificação do candidato e de preenchimento de cartão resposta.
8. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do processo seletivo, poderá entregar o cartão-resposta, devidamente assinado, a folha de respostas da prova discursiva e retirar-se do recinto.
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, e após o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova, com a assinatura de cada um.
10. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções ou na folha de resposta poderá implicar a anulação da prova

BOA PROVA!



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
V CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) De acordo com a Constituição Federal de 1988, são fundamentos da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- a) Dignidade da pessoa humana
- b) Regime monárquico
- c) Valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa
- d) Soberania
- e) Cidadania

2) O art. 150, VI, d da Constituição Federal de 1988 dispõe sobre a imunidade tributária objetiva, prevendo que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão. Nesse sentido, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, tal imunidade abrange:

- a) Encartes publicitários em jornais.
- b) Serviços de distribuição de livros, jornais e periódicos.
- c) Livro eletrônico (“e-book”).
- d) Serviços de composição gráfica.
- e) Chapas de impressão.

3) Sobre a classificação das Constituições, marque a alternativa INCORRETA:

- a) A constituição escrita é aquela disposta em um único documento, que sistematiza o direito constitucional de um povo.
- b) Constituição promulgada é aquela que deriva do trabalho de uma Assembleia Nacional constituinte composta de representantes do povo, eleitos com a finalidade de sua elaboração.
- c) São rígidas as constituições que poderão ser alteradas por um processo legislativo mais solene e dificultoso do que o existente para a edição das demais espécies normativas.

d) A constituição dogmática é aquela fruto da lenta e contínua síntese da história e tradições de determinada comunidade política.

e) Considera-se constituição outorgada aquela elaborada e estabelecida sem participação popular.

4) São métodos de interpretação da Constituição, reconhecidos pela doutrina, EXCETO:

- a) Científico-espiritual.
- b) Tópico-problemático.
- c) Hermenêutico-concretizador.
- d) Jurídico-estruturante.
- e) Interpretação conforme a atualidade.

5) A respeito da classificação das normas constitucionais de José Afonso da Silva, considere as seguintes afirmações:

I – São normas de eficácia limitada declaratórias de princípios programáticos aquelas que veiculam programas a serem implementados pelo Estado, visando a realização de fins sociais.

II – As normas constitucionais de eficácia plena são as que receberam do constituinte normatividade suficiente à sua incidência imediata.

III – Considera-se norma de eficácia limitada aquela em relação a qual o legislador infraconstitucional pode impor verdadeira limitação à eficácia e à aplicabilidade.

IV – São exemplos de normas de eficácia contida as que dispõem sobre o direito de propriedade, a autonomia funcional e administrativa das Defensorias Públicas estaduais e o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.

V – As normas de eficácia limitada declaratórias de princípios institutivos contêm esquemas gerais de estruturação de instituições, órgãos ou entidades.

Estão corretas SOMENTE:

- a) II, III e IV.
- b) III, IV e V.
- c) I, II e IV.
- d) I, II e V.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
V CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

e) I, IV e V.

6) Silvia, Procuradora do Município, com 29 anos de idade, decide se candidatar a Vereadora nas próximas eleições. Nesse sentido, marque a alternativa CORRETA:

- a) Silvia não é elegível, tendo em vista que a idade mínima exigida para se candidatar a Vereador é 30 anos.
- b) Silvia só poderá se candidatar à Vereadora se for brasileira nata.
- c) Se for investida no mandato de Vereadora e havendo compatibilidade de horários, Silvia perceberá as vantagens de seu cargo sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- d) Para concorrer ao cargo eletivo, Silvia deverá pedir exoneração do cargo de Procuradora do Município até seis meses antes do pleito.
- e) Silvia poderá se candidatar ao cargo de Vereadora mesmo que não seja filiada a nenhum partido político.

7) Acerca da vedação de acumulação remunerada de cargos públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É possível a acumulação de dois cargos de professor.
- b) A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- c) É possível a acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- d) Ainda que não haja compatibilidade de horários é permitida a acumulação.
- e) É possível a acumulação de um cargo de professor com outro técnico ou científico.

8) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelos seguintes princípios, EXCETO:

- a) Independência nacional.

- b) Prevalência dos direitos humanos.
- c) Autodeterminação dos povos.
- d) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- e) Solução bélica dos conflitos.

9) Segundo a Constituição Federal de 1988, Compete aos Municípios:

- a) Explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.
- b) Autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.
- c) Explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os portos marítimos, fluviais e lacustres.
- d) Manter programas de educação infantil e de ensino fundamental.
- e) Estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.

10) Acerca das emendas à Constituição, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- b) Matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- c) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais de metade dos governadores das unidades da Federação.
- d) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- e) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

11) Sobre o instituto da súmula vinculante, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
V CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

súmula poderá ser provocada pelo Procurador Geral do Município.

- b) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.
- c) A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.
- d) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- e) Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

12) De acordo com a Constituição Federal de 1988, são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei,

- a) O registro da matrícula do imóvel e a certidão de óbito.
- b) O registro de títulos e documentos e a certidão imobiliária.
- c) A certidão de óbito e o registro civil de nascimento.
- d) As certidões negativas forenses e a certidão de casamento.
- e) A certidão de casamento e o registro civil de nascimento.

13) Quanto à Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O prazo de validade do concurso público será de até quatro anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- b) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros natos que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- c) Os atos de improbidade administrativa importarão a supressão dos direitos políticos, a suspensão da função pública, a disponibilidade dos bens, mas é dispensável o ressarcimento ao erário.
- d) A criação de autarquia, empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação independe de lei.
- e) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

14) O controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes compete:

- a) Ao Supremo Tribunal Federal.
- b) Ao Conselho Nacional de Justiça.
- c) Aos Desembargadores do Tribunal de Justiça.
- d) Ao Procurador-Geral da República.
- e) Ao Superior Tribunal de Justiça.

15) Considerando os direitos e garantias fundamentais, dispostos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não será concedida a extradição de estrangeiro, salvo por crime político ou de opinião.
- b) Haverá juízo ou tribunal de exceção.
- c) A lei penal não retroagirá, salvo em desfavor do réu.
- d) A prática do racismo constitui crime afiançável e prescritível.
- e) Não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
V CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

DIREITO ADMINISTRATIVO

16) De acordo com a doutrina, os “agentes públicos” se subdividem em várias espécies, dentre as quais, a de “servidores públicos”. Os servidores públicos previstos na Constituição Federal, por sua vez, podem assumir a seguinte natureza jurídica, **EXCETO**:

- a) servidor público efetivo;
- b) servidor público temporário;
- c) servidor público *trainee*;
- d) servidor público comissionado;
- e) servidor ocupante de emprego público.

17) São modalidades de licitação previstas na Lei 8.666/93 (Estatuto dos Contratos e Licitações), **EXCETO**:

- a) concorrência;
- b) tomada de preços;
- c) concurso;
- d) leilão;
- e) pregão.

18) Os princípios da administração pública que se encontram estampados expressamente no *caput* do art. 37 da Constituição Federal são os seguintes:

- a) Princípios da legalidade, comunicabilidade, sigilo e pessoalidade.
- b) Princípios do contraditório, da compensação, da moralidade e eficácia.
- c) Princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- d) Princípios do sigilo, privacidade, eficácia e legalidade.
- e) Princípios da legalidade, isonomia, publicidade, moralidade e pró-atividade.

19) Carlos Laranja Lima, servidor público efetivo do Município de Niterói, atropelou um transeunte que atravessava, com prudência, na faixa de pedestre da Rua Mariz e Barros (Bairro Icaraí), ferindo-o gravemente. Foi lavrado Boletim de Ocorrência atestando que o servidor apresentava sinais de embriaguez e que estava

na condução de veículo oficial, durante o horário de expediente, para cumprir atribuições designadas pelo seu superior hierárquico.

Considerando essa situação hipotética e os preceitos, a doutrina e a jurisprudência da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Com base em preceito constitucional, a vítima pode ingressar com ação de ressarcimento do dano contra o Município.
- b) Na hipótese, não há aplicação da teoria do risco integral.
- c) No âmbito da ação indenizatória pertinente e após o seu trânsito em julgado, Carlos Laranja Lima nunca poderá ser responsabilizado, regressivamente, caso receba menos de dois salários mínimos.
- d) Na teoria do risco administrativo, há hipóteses em que, mesmo com a responsabilização objetiva, o Estado não será passível de responsabilização.
- e) Segundo a atual jurisprudência do STF, não é facultada à parte a opção de ajuizar a ação em face, exclusivamente, do servidor Carlos Laranja Lima, em virtude do princípio da dupla garantia.

20) Não é característica de um Órgão Público:

- a) Voltado para o cumprimento de uma atividade a ser desenvolvida pelo Estado.
- b) Composto por agentes públicos.
- c) Possui personalidade jurídica própria.
- d) Resulta de uma técnica de organização administrativa chamada “desconcentração”.
- e) nenhuma das alternativas anteriores (n.d.a.).

21) São atributos conferidos ao ato administrativo, **EXCETO**:

- a) Presunção de legitimidade.
- b) Imperatividade.
- c) Presunção de legalidade.
- d) Executoriedade.
- e) *Pacta sunt servanda*.

22) O Município de Niterói constitui ente federativo integrado pela administração pública direta e indireta. **NÃO INTEGRA** a estrutura da administração pública indireta do Município de Niterói:



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
V CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

- a) Fundação Municipal de Educação - FME, fundação pública cuja criação foi autorizada pela Lei municipal nº 924/91 e, ato contínuo, criada pelo Decreto municipal nº 6172/91.
- b) Empresa Pública de Moradia, Urbanização e Saneamento - EMUSA, cuja criação foi autorizada pela Lei municipal nº 670/87;
- c) Fundação Municipal de Saúde - FMS, cuja criação foi autoziada através da Lei municipal nº 718/1988, e, posteriormente, criada pelo Decreto nº 5994/1990;
- d) Procuradoria Geral do Município de Niterói, órgão diretamente subordinado ao Gabinete do Prefeito;
- e) Niterói Empresa de Lazer e Turismo – NELTUR, sociedade anônima de economia mista, de capital autorizado, constituída, originariamente na forma da Lei municipal nº 33, de 12 de dezembro de 1975.

23) São modalidades lícitas de intervenção do Estado na propriedade particular, EXCETO:

- a) Desapropriação direta.
- b) Tombamento.
- c) Ocupação Temporária.
- d) Expropriação.
- e) Servidão administrativa.

24) Os poderes hierárquicos do Chefe do Poder Executivo compreendem a possibilidade de:

- a) dar ordens aos gestores que lhe estejam hierarquicamente subordinados, desde que compatíveis com o Direito.
- b) dar ordens diretas aos servidores públicos, inclusive àqueles que pertençam à Administração pública indireta.
- c) avocar competências de seus subordinados, a exemplo, invariavelmente, as de caráter normativo previstas na legislação.
- d) dar ordens aos gestores que lhe estejam hierarquicamente subordinados, ainda que contrárias ao Direito.
- e) demitir, a seu exclusivo critério, os servidores que lhe sejam subordinados, inclusive os estáveis.

25) Os principais poderes administrativos comumente descritos pela doutrina são:

- a) Poder Vinculado, Poder Discricionário, Poder Hierárquico, Poder Disciplinar, Poder Regulamentar e Poder de Polícia.
- b) Poder de Vínculo, Poder Discricionário, Poder Hierárquico, Poder Disciplinar, Poder Jurisprudencial e Poder de Polícia.
- c) Poder Vinculador, Poder Discricionário, Poder Hierarquizador, Poder Unilateral, Poder Regulamentar e Poder de Polícia.
- d) Poder de Supremacia, Poder Discricionário, Poder de Indisponibilidade, Poder Disciplinar, Poder Regulamentar e Poder Policial.
- e) nenhuma das alternativas anteriores (n.d.a.).

26) Vinicio Salvador Dali, servidor público municipal, Chefe de Gabinete de órgão superior, removeu o servidor Mário Gafanhoto para localidade extremamente distante e de difícil acesso, no intuito de castigá-lo. Ocorre que Mário Gafanhoto poderia, após o devido processo legal, sofrer penalidade administrativa por ter cometido infração funcional, mas não remoção. No caso narrado, a remoção, por não ser ato de categoria punitiva, apresenta vício de:

- a) motivo.
- b) finalidade.
- c) objeto.
- d) forma.
- e) competência.

27) Acerca do princípio da motivação dos atos administrativos, é correto afirmar-se que não viola esse princípio a edição, sem motivação, de ato administrativo que

- a) exonere servidor de cargo em comissão.
- b) aplique penalidade de advertência a servidor.
- c) negue a concessão de auxílio indevidamente solicitado por servidor.
- d) anule, de ofício, em face do princípio da autotutela, ato administrativo eivado de vício de legalidade.
- e) conceda horário especial ao servidor portador de deficiência.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
V CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

28) As Escolas Municipais do Município de Niterói são:

- a) bens de uso especial e, no tocante ao regime jurídico, são inalienáveis enquanto estiverem afetados.
- b) bens de uso comum e, no tocante ao regime jurídico, são inalienáveis enquanto estiverem afetados.
- c) bens dominicais e, no tocante ao regime jurídico, são inalienáveis enquanto estiverem afetados.
- d) bens de uso comum e, no tocante ao regime jurídico, não há qualquer restrição à sua alienação.
- e) bens de uso especial e, no tocante ao regime jurídico, não há qualquer restrição à sua alienação.

29) Quanto à destinação, os bens públicos se classificam como

- a) bens gerais e bens particulares.
- b) bens federais, bens estaduais, bens distritais e bens municipais.
- c) bens inalienáveis e bens impenhoráveis.
- d) bens de capital, bens de patrimônio e bens de uso.
- e) bens de uso comum, bens de uso especial e bens dominicais.

30) Assinale a alternativa correta sobre a noção legal e específica de “serviço adequado” nos termos da Lei federal nº 8.987, de 13/02/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175, da Constituição Federal, e dá outras providências.

- a) Serviço adequado é aquele assim considerado pelas regras do mercado.
- b) Serviço adequado é o que satisfaz as condições de preço e regularidade do edital em combinação com as normas estabelecidas pelo prestador contratado.
- c) Serviço adequado é o que pode ser prestado de acordo com os critérios do prestador contratado por meio de licitação.
- d) Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

- e) Serviço adequado é aquele que se presta a resolver os problemas do Administrador Público e que esteja de acordo com suas convicções pessoais.

DIREITO CIVIL e PROCESSO CIVIL

31) De acordo com as disposições do CPC/15 sobre incompetência, marque a disposição correta:

- a) A incompetência relativa será arguida por meio de exceção, ao passo que a incompetência absoluta será alegada como questão preliminar de contestação ou, ainda, em qualquer outro momento posterior, podendo ser conhecida de ofício pelo juízo.
- b) A incompetência relativa será alegada como questão preliminar de contestação, ao passo que a incompetência absoluta será arguida por meio de exceção ou, ainda, em qualquer outro momento posterior, podendo ser conhecida de ofício pelo juízo.
- c) Tanto a incompetência relativa quanto a incompetência absoluta serão arguidas por meio de exceção, sendo que a incompetência absoluta também pode se arguida em momento posterior e conhecida de ofício pelo juízo.
- d) Tanto a incompetência relativa quanto a incompetência absoluta serão arguidas por meio de exceção, sendo que nenhuma das duas pode se arguida em momento posterior nem conhecida de ofício pelo juízo.
- e) Tanto a incompetência absoluta quanto a incompetência relativa serão alegadas como questão preliminar de contestação, sendo que a incompetência absoluta também pode se arguida em momento posterior e conhecida de ofício pelo juízo.

32) De acordo com as disposições do CPC/15 sobre o incidente de descon sideração da pessoa jurídica, marque a alternativa correta:

- a) O incidente de descon sideração da personalidade jurídica não se aplica ao processo de competência dos juizados especiais, pois eles são orientados pelo princípio da celeridade.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
V CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

- b) Caso acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente.
- c) O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento e no cumprimento de sentença, mas não é cabível na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- d) É obrigatória a instauração do incidente mesmo se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial.
- e) A instauração do incidente de desconsideração da pessoa jurídica jamais suspende o processo, tendo em vista o princípio da duração razoável do processo.

33) De acordo com as disposições do CPC/15 sobre indeferimento da petição inicial inepta, marque a alternativa incorreta:

- a) Caso o autor interponha apelação para impugnar a decisão que indeferiu a petição inicial, o juiz poderá exercer juízo de retratação.
- b) A petição inicial deve ser considerada inepta quando lhe faltar pedido ou causa de pedir.
- c) A petição inicial deve ser considerada inepta quando o pedido nela formulado contrariar enunciado de súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- d) A petição inicial deve ser considerada inepta se contiver pedidos incompatíveis entre si.
- e) A petição inicial deve ser considerada inepta se da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;

34. De acordo com o CPC/15, o prazo que o Município de Niterói tem para interpor o recurso de agravo de instrumento é de:

- a) trintas dias úteis, contados a partir da sua intimação pessoal.
- b) trinta dias úteis, contados a partir da publicação da decisão que se pretende impugnar.
- c) vinte dias corridos, contados a partir da publicação da decisão que se pretende impugnar.
- d) vinte dias úteis, contados a partir da sua intimação pessoal.
- e) vinte dias úteis, contados a partir da publicação da decisão que se pretende impugnar.

35) O Município de Niterói interpôs recurso especial, dentro do prazo legal, para impugnar acórdão que negou provimento à sua apelação. Antes, porém, de tal recurso especial ser juntado aos autos, foi julgado o recurso de embargos de declaração interposto pela outra parte, também dentro do prazo legal, para esclarecer um ponto relacionado ao mesmo acórdão. Os embargos de declaração em questão foram rejeitados. À luz dessas circunstâncias, marque a alternativa correta:

- a) o recurso do Município de Niterói deve ser processado e julgado independentemente de ratificação.
- b) caso o Município de Niterói não ratifique o seu recurso especial após a publicação da decisão que rejeitou os embargos de declaração da outra parte, o seu recurso será inadmitido.
- c) o Município de Niterói deve ratificar o seu recurso especial após a publicação da decisão que rejeitou os embargos de declaração da outra parte, sob pena de ser multado por litigância de má-fé.
- d) caso o Município de Niterói não ratifique o seu recurso especial no prazo legal, o relator da apelação deve intimá-lo para que o faça, no prazo de cinco dias, sob pena de inadmissão do recurso.
- e) o recurso do Município de Niterói apenas será inadmitido caso a outra parte aponte a ausência de ratificação em suas contrarrazões.

36) Sobre a personalidade e a capacidade civil, marque a alternativa correta:

- a) Os indivíduos que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido são relativamente incapazes sempre.
- b) A incapacidade cessa, para os menores, pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante homologação judicial de instrumento público.
- c) Apenas os menores de 16 (dezesseis) anos são considerados, pelo Código Civil, como absolutamente incapazes.
- d) Nem toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
V CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

e) A capacidade dos indígenas é plenamente regida pelo Código Civil.

37) Dentre as opções abaixo, marque a que pode levar à nulidade do negócio jurídico:

- a) Estado de Perigo.
- b) Dolo.
- c) Coação.
- d) Lesão.
- e) Simulação.

38 Sobre o regramento das obrigações contido no Código Civil, marque a alternativa incorreta:

- a) Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.
- b) O credor só é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida caso a nova prestação oferecida pelo devedor seja mais valiosa do que a pactuada.
- c) Quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução, poderá o juiz corrigi-lo, a pedido da parte, de modo que assegure, quanto possível, o valor real da prestação.
- (d) O valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal.
- (e) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.

39) Marque abaixo a espécie de contrato que apenas se perfaz com a tradição do objeto:

- (a) contrato de seguro.
- (b) corretagem.
- (c) compra e venda.
- (d) comodato.
- (e) prestação de serviço.

40) Sobre posse e propriedade, marque a alternativa correta:

- (a) A posse não se transmite aos herdeiros ou legatários do possuidor.
- (b) A alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa, obsta à manutenção ou reintegração na posse.
- (c) Os frutos e mais produtos da coisa pertencem, ainda quando separados, ao seu proprietário, salvo se, por preceito jurídico especial, couberem a outrem.
- (d) O proprietário apenas pode ser privado da coisa nos casos de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou interesse social.
- (e) Como a propriedade presume-se plena, o proprietário pode praticar atos relativos ao seu direito de propriedade para prejudicar terceiros, ainda que eles não tragam qualquer comodidade ou utilidade.



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
V CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA**

QUESTÕES DISCURSIVAS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) O Prefeito faz uma consulta à Procuradoria Geral do Município acerca da constitucionalidade de lei municipal de iniciativa parlamentar que concede aumento dos vencimentos dos servidores públicos municipais no percentual de 20%, e fora sancionada pelo chefe do poder executivo municipal anterior. Em tal consulta ele faz as seguintes perguntas:

- a) A referida lei possui algum vício de iniciativa?
- b) Qual a ação cabível para impugnar tal norma, e qual o Tribunal competente para seu julgamento?
- c) A sanção do prefeito anterior convalida os vícios eventualmente existentes?
- d) É possível a impugnação da lei municipal utilizando como base as normas da Constituição Federal?

Responda as perguntas acima, utilizando como base a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

2) Discorra sobre o princípio da desconcentração e da descentralização no âmbito da organização da Administração Pública (15,0 pontos). Cite uma consequência prática dessa forma de organização para o direito processual civil (5,0 pontos).

DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

3. Diferencie bens fungíveis de bens infungíveis e responda, justificadamente: é possível que um bem infungível seja, também, consumível? Em caso positivo, dê um exemplo.

4. Qual é o recurso cabível para impugnar decisão do relator que negou provimento, monocraticamente, à apelação? Qual o prazo e termo inicial para a sua interposição pelo particular? Qual o prazo e termo inicial para a sua interposição pela Fazenda Pública?